

EDITAL

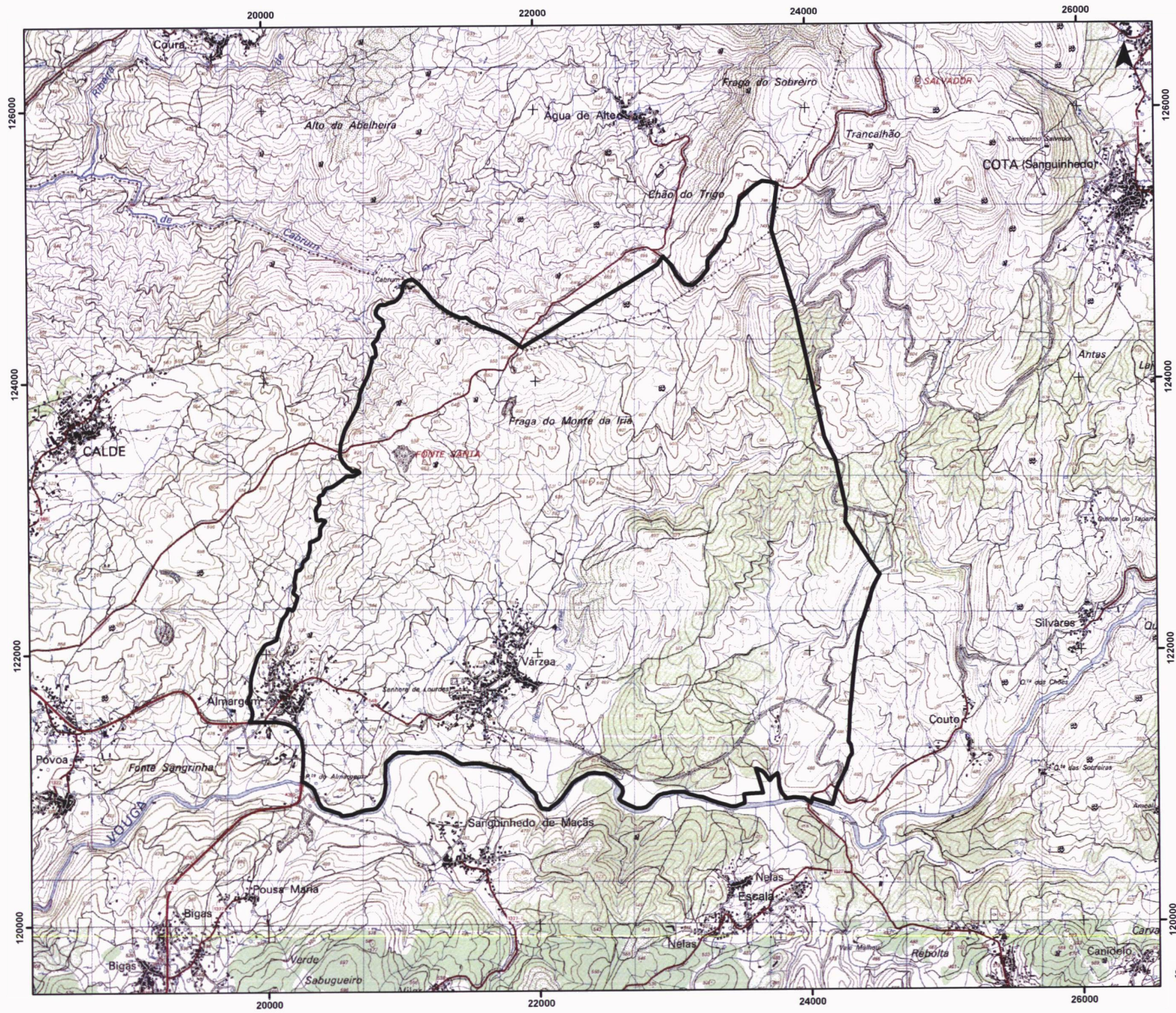
ZIF - Publicitação da Consulta Pública

ZIF a constituir	
Designação: ZIF de Várzea de Calde	N.º de registo no ICNF, I.P.:404/18

Para efeito do disposto no art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, 27/2014, de 18 de fevereiro, e 67/2017, de 12 de junho, comunica-se que se encontram disponíveis para consulta pública, nos locais abaixo indicados, os seguintes documentos:

- Listagem dos proprietários e produtores florestais que anuíram a integrar a ZIF;
- Indicação da entidade gestora da ZIF;
- Carta com a delimitação territorial da ZIF e sua localização administrativa;
- ~~Cadastro geométrico dos prédios abrangidos / inventário da estrutura da propriedade na escala adequada à sua identificação~~ / autorização do ICNF, I.P. emitida em 02 de julho de 2018 para prorrogação, por 3 anos, do prazo para apresentação dos elementos de identificação dos prédios.
- Projeto de regulamento interno;
- Ata da reunião de consulta prévia, validada pelo representante do ICNF, I.P.
-

Locais de consulta	Morada	Período de consulta (*)
Junta de Freguesia de Calde	Povoa de Calde , 3515-745 Viseu	de 20/07/2018 a 20/08/2018
Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro	Quinta do Soqueiro, R. Cónego Antonito Barreiros 3500-093 Viseu	
Câmara Municipal de Viseu	Praça da República 3514-501, Viseu	
Câmara Municipal de Castro Daire	R. Dr. Pio Figueiredo 42, 3600-126 Castro Daire	



ZIF de Várzea de Calde

Delimitação na Carta Militar
de Portugal
Folhas nº 167

Distrito: Viseu
Concelho: Viseu
Freguesia: Calde, Côta e Moledo

Legenda

 Limite da ZIF

Fontes:
Carta Administrativa Oficial de Portugal
Versão 2016

Extratos das Folhas da Carta Militar de Portugal
Série, M 888

Escala :

1:25 000

Sistema de Coordenadas : ETRS89 PT-TM06

Zona de Intervenção Florestal de Várzea de Calde

Nº 404/18

Consulta Pública

Freguesia de Calde, Viseu

LISTA ACTUAL DOS ADERENTES À ZIF DE VÁRZEA DE CALDE Nº 404/18
(A Presente lista pode sofrer alterações até à fase de requerimento)

TITULAR DOS PRÉDIOS RUSTICOS:	
Conselho Diretivo dos Baldios de Várzea de Calde	
Herculano Gonçalves	
Junta de Freguesia de Calde	

Indicação da Entidade Gestora da ZIF	
Denominação	Associação de Desenvolvimento Rural de Várzea de Calde
Morada	Rua Principal nº 67 Várzea, 3515-756 Calde Viseu
NIPC	505395762

Autorização para prorrogação do prazo para a elaboração de cadastro ou de inventário de estrutura de propriedade



Ao Núcleo Fundador da ZIF de Várzea de Calde
A/c Sr. Herculano Duarte Gonçalves
Rua Principal, n.º 67
3515-756 CALDE

SUA REFERÊNCIA
e-mail

SUA COMUNICAÇÃO DE
22-06-2018

NOSSA REFERÊNCIA
35837/2018/DGPF/DGF

ASSUNTO ZIF DE VÁRZEA E CALDE (N.º 404/18) – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ELABORAÇÃO DE CADASTRO OU DE INVENTÁRIO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

Em resposta ao solicitado no *e-mail* em epígrafe, vimos comunicar que, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi conferida pelo n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 67/2017, de 12 de junho, é concedida autorização para prorrogação, por um máximo de três anos após a criação da ZIF de Várzea de Calde, do prazo para a elaboração dos elementos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º do referido diploma legal.

Com os melhores cumprimentos,

O Vogal do Conselho Diretivo

Rui Pombo

Projeto de Regulamento interno

ZIF de Várzea de Calde

Artigo 1º

O Regulamento Interno

1. O presente Regulamento Interno define os objetivos específicos e as regras de funcionamento da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Várzea de Calde, 404/18- ZIF Várzea de Calde e estabelece os deveres e os direitos dos proprietários e produtores florestais a ela aderentes.
2. O Regulamento Interno é aprovado pela Assembleia Geral de Aderentes.
3. O Regulamento Interno só pode ser alterado em Assembleia Geral de Aderentes com uma maioria de três quartos dos proprietários e produtores florestais presentes em pleno gozo dos seus direitos.
4. O presente regulamento ou qualquer alteração entra em vigor após a sua aprovação em Assembleia Geral.

Artigo 2º

Natureza

1. A Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Várzea de Calde é um conjunto de áreas territoriais contínuas e delimitadas, constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um Plano de Gestão Florestal (PGF) e geridas por uma Entidade que se rege pelo presente Regulamento Interno, pelas deliberações da Assembleia Geral, bem como pelas disposições aplicáveis pela Lei 33/96, de 17 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2009, de 9 de fevereiro), 2/2011, de 6 de janeiro, 27/2014, de 18 de fevereiro, e 67/2017, de 12 de junho e por outros diplomas regulamentares dos espaços florestais.

Artigo 3º

Objetivos

1. A Zona de Intervenção Florestal, tem como principais objetivos gerais:

- a) Promover a gestão e a sustentabilidade das superfícies florestais em áreas de minifúndio.
- b) Coordenar, de forma planeada, a proteção dos espaços florestais e naturais.
- c) Garantir, de forma ordenada, a recuperação dos espaços florestais afetados por incêndios.
- d) Diminuir as condições de ignição e propagação de incêndios na área da ZIF.
- e) Gerar com as atividades descritas nas alíneas anteriores dividendos a distribuir pelos associados da ZIF.

2. A Zona de Intervenção Florestal, tem como principais objetivos específicos:

- a) Garantir a rentabilidade económica da área ZIF, promovendo os potenciais produtos e serviços da floresta como a produção lenhosa, a caça, o turismo e o recreio.
- b) Aumentar os rendimentos de exploração florestal pela otimização dos custos de investimento e de exploração e valorização da biomassa produzida.
- c) Aumentar a área arborizada, promovendo uma correta reflorestação adequada às condições ecológicas da zona e utilizando as melhores práticas culturais.
- d) Reduzir a recorrência e a suscetibilidade da área ZIF aos incêndios, promovendo a diversidade específica florestal e a melhoria e manutenção das infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios.
- e) Fomentar a diversidade do coberto vegetal, promovendo a substituição de resinosas por folhosas nas estações de melhor qualidade, fomentando as áreas de sobreiro.
- f) Fomentar as áreas de pastorícia como forma de reduzir o estrato herbáceo e arbustivo e diversificar as atividades a desenvolver na área ZIF.
- g) Promover a manutenção das áreas agrícolas existentes e, se possível, aumentá-las

como forma de diversificar as atividades da ZIF e compartimentar as áreas florestais, diminuindo a progressão dos fogos florestais.

h) Regularizar/ atualizar o cadastro da ZIF.

i) Promover a dinâmica de adesão dos proprietários e produtores florestais inseridos na área ZIF.

j) Promover a certificação futura da gestão florestal e dos seus produtos florestais.

3. As metas serão definidas no Plano de Gestão Florestal e no Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios da ZIF.

Artigo 4º

Área de intervenção

1. A área de intervenção da ZIF Várzea de Calde abrange a localidade de Várzea de Calde, sendo parte integrante da Freguesia de Calde. Apresenta uma área total de 3474,09 hectares, podendo ser ampliada ou reduzida, nos termos regulados na lei vigente.

Artigo 5º

Aderentes

1. A ZIF integra como aderentes os proprietários fundadores (Núcleo Fundador) e outros proprietários e produtores florestais, por adesão destes;
2. Poderão ser aderentes todos os proprietários ou detentores dos direitos de exploração florestal dos prédios rústicos que incluam espaços florestais inseridos na área da ZIF e que tenham subscrito o respetivo formulário de adesão;
3. Por morte ou incapacidade do proprietário aderente, o herdeiro ou a pessoa a quem sejam delegados poderes de representação podem-no substituir nas Assembleias Gerais e nas responsabilidades assumidas no âmbito da ZIF;
4. Quando um proprietário aderente à ZIF decide ceder os seus direitos de exploração por contrato de arrendamento a um outro produtor florestal, nesse contrato deve constar o modo como o proprietário e o arrendatário partilham os seus direitos e deveres no que se refere à ZIF;
5. Poderão ser aderentes os proprietários ou produtores florestais de um ou mais prédios rústicos que se insiram dentro da área da ZIF e não aderentes à data da sua

constituição, podem solicitar em qualquer momento a sua adesão junto da Entidade Gestora ou da Mesa da Assembleia Geral dos Aderentes, sendo a sua admissão obrigatoriamente retificada na Assembleia Geral seguinte.

Artigo 6º

Admissão de Aderentes

1. Os proprietários e/ou produtores florestais que pretendam aderir à ZIF, deverão solicitar a admissão à entidade Gestora da ZIF, ou ao núcleo fundador, caso a primeira se não encontre ainda designada;
2. A admissão deverá ser celebrada por escrito, através do preenchimento da ficha de adesão, devendo os aderentes aí assumir o compromisso de respeitar as obrigações inerentes à admissão;
3. A lista de proprietários e outros produtores florestais aderentes, atualizada anualmente, será exposta nos locais consignados para a publicidade da atividade da ZIF.

Artigo 7º

Direitos e Deveres dos Aderentes

1. São direitos dos aderentes:
 - a. A regularização do regime jurídico do(s) seu(s) prédio(s) rústico(s), enquanto propriedade(s) integrante(s) da ZIF;
 - b. A transmissão do(s) seu(s) prédio(s) rústico(s) por meio de venda, doação ou herança, transferindo-se os direitos e as obrigações para o novo proprietário;
 - c. O respeito pela existência dos marcos divisionais do (s)seu (s) prédio(s) rústico(s);
 - d. O respeito pelas suas aspirações e interesses relativamente aos objetivos a atingir na(s) sua(s) exploração(ões) florestal(ais);
 - e. A obtenção de informação periódica ou sempre que a solicitem sobre a atividade desenvolvida na ZIF;
 - f. Eleger e serem eleitos para os Órgãos Sociais;
2. São deveres dos aderentes:

- a. Cumprir e fazer cumprir as normas por que se rege a ZIF, nomeadamente, o presente regulamento e as deliberações da Assembleia Geral;
- b. Participar ativamente na dinâmica da ZIF, comparecendo às reuniões da Assembleia Geral, ações de sensibilização, colaborando com os órgãos sociais, trabalhando em comissões e grupos de trabalho, apresentando propostas e sugestões concretas a desenvolver, colaborando nas ações a promover e contribuindo por qualquer forma ao seu alcance para o prestígio da ZIF;
- c. Cumprir o estipulado no plano de gestão florestal e plano de defesa da floresta contra incêndios no que respeita às suas propriedades;
- d. Informar a entidade gestora da ZIF, de quaisquer alterações registais e /ou cadastrais das propriedades;

Artigo 8º

Quotização

1. Os valores de adesão à ZIF correspondem aquelas aprovados em Assembleia Geral.

Artigo 9º

Órgãos sociais

1. São órgãos sociais da ZIF a assembleia-geral e o conselho fiscal
2. A duração dos mandatos dos titulares dos órgãos sociais é de 5 anos

Artigo 10º

Eleição dos órgãos sociais

1. Os órgãos sociais da ZIF são eleitos por maioria simples em assembleia geral de aderentes em que se encontre presente um mínimo de 50% do universo dos proprietários florestais aderentes e detenham em conjunto, 50% da área da ZIF.
2. As candidaturas serão formalizadas por meio de lista nominal com indicação dos respetivos cargos e entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, até oito dias antes do ato eleitoral

Artigo 11º

Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral é constituída pela totalidade dos aderentes, sendo o órgão supremo da ZIF, cujas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, são vinculativas dos demais órgãos sociais e todos os aderentes

Artigo 12º

Reuniões da Assembleia Geral

1. A Assembleia deverá reunir ordinariamente durante o mês de dezembro para apreciação e votação do orçamento e plano anual de atividades para o exercício seguinte.
2. A Assembleia Geral reúne ordinariamente até 31 de março de cada ano, para apreciação e votação do relatório e contas
3. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente quando convocada pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa, a pedido da Entidade Gestora ou do Conselho Fiscal ou ainda quando requerida por um terço dos proprietários e/ou produtores florestais aderentes que representem, em conjunto, um quinto da área de ZIF.

Art.º 13

Convocatória

1. A convocatória é efetuada pelo Presidente da Mesa da Assembleia, por edital em locais de estilo com pelo menos 15 dias de antecedência.
2. Da convocatória constará a ordem de trabalhos e quando o objeto da reunião assim o imponha, a indicação do local, horário onde serão disponibilizados os documentos de preparação e/ou suporte das deliberações.

Art.º 14

Quórum

1. A Assembleia Geral deverá reunir e deliberar validamente, em primeira convocatória, com a presença de pelo menos metade dos aderentes com direito a voto
2. Quando à hora marcada não estiverem presentes pelo menos metade dos aderentes, com direito a voto, a assembleia-geral reúne validamente, trinta minutos após a hora designada para a primeira convocatória, seja qual for o número de proprietários e produtores florestais aderentes, presentes, excepto, tratando-se de deliberações em matéria que a lei, ou o presente regulamento interno exijam quórum ou maioria especial.

Art.º 15

Votos

1. Têm direito a votar todos proprietários e/ou produtores florestais aderentes;
2. Cada proprietário e/ou produtor florestal aderentes tem direito a um voto.
3. É admitida a representação dos aderentes, pelo seu cônjuge, descendente ou outro aderente, mediante carta assinada pelo representado entregue ao presidente da mesa antes do início dos trabalhos;
4. É admitido o voto por correspondência, em carta fechada enviada ao presidente da mesa da Assembleia Geral e por este aberta depois de emitidos os votos dos presentes.

Art.º 16

Mesa da Assembleia Geral

1. A mesa da Assembleia Geral é formada por um presidente, um vice-presidente e um secretário.
2. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral proceder às convocatórias das Assembleias, conduzir os trabalhos e orientar a redação das atas, bem como conduzir os processos eleitorais.

Art.º 17

Conselho Fiscal

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização financeira e controle da entidade gestora sendo constituído por um presidente e dois vogais eleitos por mandatos de 5 anos pela Assembleia Geral.
2. Os membros do conselho fiscal não são remunerados.
3. O conselho fiscal emite parecer sobre o relatório de contas apresentado pela entidade gestora.

Art.º 18

Vinculação

1. A ZIF vincula-se em quais quer atos externos ou contratos com a assinatura do(s) representante(s) definido(s) em Assembleia Geral.

Art.º 19

Entidade Gestora

1. A entidade gestora da ZIF será uma pessoa coletiva, com ou sem fins lucrativos, possuindo contabilidade organizada, que ficará responsável pela gestão da ZIF.
2. A entidade gestora é eleita nos termos da lei e do presente regulamento.

Art.º 20

Competência da entidade gestora

1. A entidade gestora tem poderes de direção e gestão da ZIF, competindo-lhe, nomeadamente, coordenar as atividades da ZIF, tendo em vista a realização dos seus fins, podendo decidir em todas as matérias não reservadas por lei, pelos estatutos ou pelo presente regulamento à Assembleia Geral e ao Conselho fiscal;
2. Elaborar os planos de gestão florestal e de defesa da floresta contra incêndios;
3. Elaborar outros planos quando necessários;
4. Zelar pelo cumprimento do aprovado no regulamento interno da ZIF;
5. Promover a regularização do cadastro das propriedades da área de ZIF;
6. Promover e dinamizar os interesses dos aderentes e coordenar a atividade comum;
7. Elaborar o relatório de atividades, relatório de contas, plano anual de atividades e orçamento;
8. Vincular a ZIF em atos ou contratos desde que tal respeite a matéria de gestão corrente.
9. Representar a ZIF em juízo e fora dele;
10. Acompanhar a execução dos planos e atividades desenvolvidas na área de ZIF pelos aderentes, através de técnicos;
11. Emitir pareceres sobre as atividades a desenvolver na área de ZIF, nomeadamente, florestais, agroflorestais, de pastorícia, cinegéticas, ambientais, turísticas, desportivas, culturais e, em geral, as demais atividades rústicas não rurais.
12. Criar um centro de custos autónomo, com cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos no presente regulamento e na legislação aplicável destinado a financiar intervenções geradoras de benefícios comuns e de apoio aos aderentes;
13. Colaborar com as entidades públicas ou privadas do mesmo âmbito territorial;
14. Recolher, organizar e divulgar toda a informação relevante para a ZIF.

Art.º 21

Receitas e Fundo Comum

- 1- Constituem receitas da ZIF para fazerem parte do fundo comum:

- a) Subsídios, instrumentos de apoio à floresta, doações ou quaisquer outros bens que sejam disponibilizados por organismos estatais, entidades públicas ou privadas, associados ou quaisquer outras pessoas singulares ou coletivas
- b) Prémios, incentivos e outras receitas que sejam atribuídas à ZIF nos termos da lei e das condições definidas no respetivo regulamento interno.
- c) Quaisquer bens de natureza material e ou outra que a ZIF venha a adquirir.

Art.º 22

Despesas

1- Constituem despesas da ZIF:

- a) Todas as despesas decorrentes do exercício das suas atividades de gestão florestal e da forma de iniciativas, consoante as decisões dos órgãos sociais da ZIF e da entidade gestora, de acordo com o presente regulamento;
- b) As despesas decorrentes da concretização das obrigações impostas por lei.

Art.º 23

Alteração e Extinção da ZIF

- 1- As alterações e extinção da ZIF só é válido quando em cumprimento no estabelecido no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2009, de 9 de fevereiro), 2/2011, de 6 de janeiro, 27/2014, de 18 de fevereiro, 67/2017, de 12 de junho ou por qualquer alteração à lei em vigência.

Ata da reunião de consulta prévia, validada pelo representante do ICNF, I.P.

Ata da Consulta Prévia

ZIF de Várzea de Calde



Ao oitavo dia do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas e trinta minutos, na junta de Freguesia de Calde, realizou-se a consulta prévia da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Várzea de Calde, estando presente o técnico representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Eng.º Nuno Amaral, o representante do Núcleo Fundador, Herculano Duarte Gonçalves, o Técnico Sérgio Marques e produtores /proprietários florestais, conforme a folha de presenças que vai em anexo a esta ata.-----

A reunião foi iniciada pelo técnico Sérgio Marques, a qual depois de dar as boas vindas aos presentes apresentou os limites da ZIF e fez uma breve apresentação, explicando o que é uma ZIF, quais os seus objetivos e os passos necessários à sua constituição. No final da apresentação, questionou todos os presentes se havia dúvidas que quisessem esclarecer. -----

A generalidade dos presentes tinha participado na reunião de dia 18 de março de 2018. Reunião essa que teve como objetivo a decisão de adesão dos Baldios de Várzea de Calde na ZIF de Várzea Calde, onde a maioria das questões já tinham sido esclarecidas pelo técnico Sérgio Marques. Contudo, no decorrer da reunião houve a necessidade de evidenciar e esclarecer alguns aspetos. -----

Eng.º Nuno Amaral, tomou a palavra e reforçou a importância da criação e da adesão à ZIF para os proprietários bem como a entidade gestora poderia impulsionar a atividade florestal na região. Evidenciou também que a adesão à ZIF se rege pelo cumprimento de algumas regras. Regras essas que passam pelo cumprimento do PGF tanto para os aderentes como para os não aderente e no caso dos aderentes do cumprimento do regulamento interno da respetiva ZIF que terá, tal como o PGF, de ser aprovado em Assembleia de Aderentes. -----

Foi levantada a questão, pelo Senhor Luís Ferreira, se os não aderentes teriam de cumprir com o PGF à qual o Eng.º Nuno esclareceu que após a criação da ZIF todos os proprietários dentro do limite terão de cumprir o exposto no plano de gestão florestal, uma vez que este é criado para o limite total da ZIF e que não faria sentido serem apenas os aderentes a cumpri-lo. -----

O Senhor Herculano Duarte Gonçalves tomou a palavra e ciente das vantagens de adesão à ZIF reforçou a importância para o fomento da atividade e desenvolvimento das áreas florestais da região e que apesar da fraca representatividade de produtores/proprietários florestais na reunião, não será difícil angariar elementos para que a criação da ZIF seja um projeto com futuro. -----

Durante a reunião foram debatidos outros assuntos alheios ao objetivo da reunião da consulta prévia que mereceram toda a atenção por parte dos intervenientes. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 18h 45 mim da qual se lavrou a presente ata, a qual vai assinada pelo membro do Núcleo Fundador presentes na reunião. -----

O elemento do Núcleo Fundador:

Herculano Duarte Gonçalves
Fernando Manuel Santos Lopes
Luís Ferreira Henrique

**CONSELHO DIRECTIVO
DOS BALDIOS
DA POVOAÇÃO DE VÁRZEA**
Cont. Nº 900 902 381



Anexo

Lista de Presenças da Consulta prévia da constituição da ZIF de Várzea de Calde, realizada a oito de junho de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas e trinta minutos na Junta de Freguesia de Calde.

Luis Ferreira Naveiro

Sevander

Guillermo Llanes de Cauris

Hazardous Waste Incidents

Am 25. Botiller Atarde Am

Núcleo Fundador da EIT de Várzea do Calde
Rua Principal, Nº 67
3515-756, calde

CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU	
Recebido a	<u>20, 7</u> /200 <u>8</u>
Ass.	<u>pn</u>

Cô
r